

## LEGISLAÇÃO

### Específica – sites

#### Leis específicas sobre associações:

<http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/livro-iii-leis-civis-e/leis-civis/leis-sobre-associacoes>:

Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro; Alterado pelo:

Decreto-Lei n.º 71/77, de 25 de Fevereiro (altera o artigo 4.º); Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho (aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário/ revoga o artigo 15.º); Alterada pela:

Lei n.º 1/2010, de 15 de Janeiro (altera o artigo 87.º); Regime especial de constituição imediata de associações (associação na hora); Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto; Alterada pelo: Decreto-Lei n.º 247-B/2008, de 30 de Dezembro (altera os artigos 2.º, 7.º, 9.º, 10.º e 11.º/ revoga o n.º 3 do artigo 9.º), Regulamentada pela:

[http://www.dgpj.mj.pt/pdf-ult2/p-1441-2007/downloadFile/file/P\\_1441\\_2007.pdf?nocach=](http://www.dgpj.mj.pt/pdf-ult2/p-1441-2007/downloadFile/file/P_1441_2007.pdf?nocach=1194429154.13)

1194429154.13

Portaria n.º 1441/2007, de 7 de Novembro; Portaria 243/2008, de 20 de Março; Portaria n.º 569/2008, de 2 de Julho; Portaria n.º 1092/2008, de 29 de Setembro; Portaria n.º 1355/2008, de 27 de Novembro; Portaria n.º 282/2009, de 19 de Março; Portaria n.º 580/2009, de 2 de Maio; Portaria n.º 698/2009, de 2 de Junho; Portaria n.º 1098/2009, de 23 de Setembro (determina o alargamento da competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações a 29 novos serviços, no âmbito da «associação na hora»).

Ministério da Justiça – Portal da Justiça: [www.mj.gov.pt/sections/home](http://www.mj.gov.pt/sections/home)

Portal do Cidadão - <http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/>;

Segurança Social: [www.1.seg-social.pt](http://www.1.seg-social.pt)

SPA – Sociedade Portuguesa de Autores – SPA: [www.spautores.pt](http://www.spautores.pt)

Estatuto de Utilidade Pública:

<http://www.sg.pcm.gov.pt/>; [utilidade.publica@sg.pcm.gov.pt](mailto:utilidade.publica@sg.pcm.gov.pt) ;

Requerimento Estatuto de Utilidade Pública:

<http://www.sg.pcm.gov.pt/geupf/FullAccess/NovoPedido.aspx?ReqType=1>

Associações e Associados: <http://www.assomate.org/>

Como Constituir uma Associação: <http://www.potaldocidadao.pt/>

Associação na Hora: [www.associacaonahora.mj.pt](http://www.associacaonahora.mj.pt)

Associações Juvenis: [www.juventude.gov.pt](http://www.juventude.gov.pt)

Associações Juvenis: Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro:

<http://www.proder.pt/ResourcesUser/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Nacional/Decreto-Lei%C2%BA119-83.pdf>

Fiscalidade: [http://www.apdt.org/guia/CIRC/c%C3%B3digo\\_irc.htm](http://www.apdt.org/guia/CIRC/c%C3%B3digo_irc.htm)

IDP – Instituto do Desporto de Portugal, I.P.: [www.idesporto.pt](http://www.idesporto.pt)

Inspeção Geral das Actividades Culturais: IGAC: [www.igac.ml.pt](http://www.igac.ml.pt)

Instituições particulares de Solidariedade Social (IPSS): TECNET – Instituições de Solidariedade Social (IPSS) - <http://www.tecnet.pt/portugal/30752.html>

### **Geral**

Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro: Estatuto de Utilidade Pública

Decreto-Lei n.º 64/2007 de 14 de Março: Estabelecimentos de Apoio Social: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março – Estatuto do Mecenato (com artigos revogados pela Lei n.º 160/99, de 14 de Setembro)

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto: Constituição da República Portuguesa

Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro: Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais

Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro: Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias.

Lei n.º 34/2003, de 22 de Agosto – Movimento Associativo Popular

Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto – Associação na Hora

### **Associativismo Desportivo**

Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de Outubro – Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Lei n.º 5/2007, de 16 Janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto

Lei n.º 103/97, de 13 de Setembro – Regime fiscal específico das sociedades desportivas

Decreto-Lei n.º 279/97, de 11 de Outubro – Associações Promotoras de Desporto

Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro – Clubes de Praticantes

Lei n.º 20/2004, de 6 de Junho – Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário

Decreto-Lei n.º 67/1997, de 3 de Abril – Regime Jurídico das Sociedades Desportivas

## **Social**

Constituição da República Portuguesa, artigo 63.º n.º 5;

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro – aprova o estatutos das IPSS, alterado pelos Decreto-Lei n.º 89/85, de 1 de Abril – Altera o Estatuto das IPSS – (revoga o art.º 32.º) Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro – Altera o Estatuto das IPSS – (revoga o n.º 2 do art.º 7.º e o art.º 11.º);

Decreto-Lei n.º 152/96, de 30 de Agosto – Atribui competência ao ministério da tutela para o reconhecimento das Fundações de Solidariedade Social;

Decreto-Lei n.º 171/98, de 25 de Junho – Equipara a IPSS as casas do Povo que prossigam os objectivos previsto do respectivo Estatuto das IPSS;

Decreto-Lei n.º 29/86, de 19 de Fevereiro – Altera o Estatuto das IPSS – (revoga o n.º 2 do art.º 94.º);

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de Março – Regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social;

Despacho Normativo n.º 75/92, de 20 de Maio – Estabelece normas reguladoras de cooperação entre os “centros regionais de segurança social” e as instituições particulares de solidariedade social;

Lei n.º 151/99, de 14 de Setembro – Actualiza o regime de regalias e isenções fiscais das pessoas colectivas de utilidade pública;

Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro – Lei das Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, art.º 31.º e 32.º;

Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro – Regulamento do Registo das IPSS do Âmbito da Acção Social do Sistema de Segurança Social Portaria n.º 466/86, de 25 de Agosto – Registo das IPSS com fins de Saúde.

## **Licenças de Representação**

Decreto-Lei n.º 396/82, de 21 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 116/83, de 24 de Fevereiro – Estabelece normas quanto à definição legal sobre classificação de espectáculos;

Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro – Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espectáculos de natureza artística.

### **Classificação de Espectáculos**

Decreto-Lei n.º 396/82, de 21 de Setembro – Estabelece normas quanto à definição legal sobre classificação de espectáculos;

Decreto-Lei n.º 116/83, de 24 de Fevereiro – Introduce alterações ao Decreto-Lei n.º 396/82, de 21 de Setembro;

Portaria n.º 245/83, de 3 de Março – Estabelece os critérios gerais a serem utilizados na classificação dos espectáculos;

Decreto-Lei n.º 39/88, de 6 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 121/2004, de 21 de Maio – Estabelece normas relativas à classificação de videogramas. Versão consolidada IGAC;

Decreto-Lei n.º 106-B/92, de 1 de Junho – Comissão de Classificação de Espectáculos;

Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto – Lei da Televisão. Revogada pela Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho;

Portaria n.º 354/2006, de 11 de Abril – Aprova as taxas a cobrar relativas a actos e serviços prestados no âmbito das suas atribuições pela Inspeção-Geral das Actividades Culturais;

Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de Novembro – Regulamenta medidas relativas ao fomento, ao desenvolvimento e à protecção das artes e actividades cinematográficas e audiovisuais, previstas na Lei n.º 42/2004, de 18 de Agosto, e cria o fundo destinado ao fomento e desenvolvimento do cinema e do audiovisual;

Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho – Aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício;

Decreto Regulamentar n.º 81/2007, de 30 de Julho - Aprova a orgânica da Inspeção-Geral das Actividades Culturais;

Decreto-Lei n.º 227/89, de 8 de Julho – Sujeita o exercício da actividade de importação, fabrico, edição, distribuição e exportação de fonogramas à fiscalização da IGAC;

Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro – Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espectáculos de natureza artística;

Portaria n.º 510/96, de 25 de Setembro – Fixa as taxas devidas pelas vistorias em conformidade com o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos;

Decreto-Lei n.º 125/2003, de 20 de Junho – Regula a forma de emissão de bilhetes de ingresso nos espectáculos de natureza artística;

Decreto-Lei n.º 121/2004, de 21 de Maio – Altera o Decreto-Lei n.º 39/88, de 6 de Fevereiro Classificação de videogramas Lei n.º 42/2004, de 18 de Agosto – Lei da Arte Cinematográfica e do Audiovisual.

### **Desporto Geral**

Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto – Actividades Desportivas em Áreas Protegidas. Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março – Utilização das vias públicas para actividades de carácter desportivo ou festivo;

Decreto-Lei n.º 248-A/2008, de 31 de Dezembro – Treinador de Desporto;

Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro – Licenciamento de Provas Desportivas na Via Pública;

Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro – Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo;

Decreto-Lei n.º 64/2002, de 25 de Novembro – Licenciamento de provas desportivas na via pública – transferência de competências dos governos civis para as câmaras municipais;

Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril – Transporte de Crianças para Recintos Desportivos. Alterado pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de Maio e Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de Julho;

Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.

### **Teatro**

Decreto-Lei n.º 116/83, de 24 de Fevereiro – Introdúz alterações ao Decreto-Lei n.º 396/82, de 21 de Setembro;

Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro – Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espectáculos de natureza artística;

Decreto-Lei n.º 396/82, de 21 de Setembro – Estabelece normas quanto à definição legal sobre classificação de espectáculos;

Decreto-Lei n.º 80/97, de 8 de Abril – Aprova a orgânica da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, do Ministério da Cultura. (Revogada desde 1 de Agosto de 2007, pelo Decreto Regulamentar n.º 81/2007, de 30 de Julho, com excepção do disposto no art.º 18);

Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro – Aprova o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espectáculos;

Lei n.º 8/71, de 9 de Dezembro – Lei de bases relativas à actividade teatral;

Portaria n.º 245/83, de 3 de Março – Estabelece os critérios gerais a serem utilizados na classificação dos espectáculos;

Portaria n.º 354/2006, de 11 de Abril – Aprova as taxas a cobrar relativas a actos e serviços prestados no âmbito das suas atribuições pela Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

### **Livro**

Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 216/2000, de 2 de Setembro – Institui o regime do preço fixo do livro;

Decreto-Lei n.º 284/97, de 22 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 112/99, de 14 de Abril – Igualiza os preços de livros, revistas e jornais no Continente e nas Regiões Autónomas;

Decreto-Lei n.º 74/82, de 03 de Março – Regulamenta o depósito legal.

### **Lei do Associativismo Jovem**

Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho – Estabelece o Regime Jurídico do Associativismo Jovem

Constituição das Associações Juvenis;

Constituição das Associações de Estudantes;

Direitos e Deveres das Associações de Jovens;

Estatuto do Dirigente Associativo Jovem;

Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ);

Programas de Apoio ao Associativismo Jovem (PAJ/PAI/PAE);

Portaria 1228/2006 – Regulamentação do Registo Nacional do Associativismo Jovem;

Portaria 1230/2006 – Regulamento dos Programas de Apoio Financeiro ao Associativismo Jovem;

Portaria 176/2007 – Regula a atribuição de um subsídio anual às Associações de Estudantes de Ensino Secundário das Escolas Públicas e Particulares;

Portaria 1229/2006 – Regulamento do Programa Formar.

### **Reconhecimento de Associações de Jovens e Equiparadas**

Portaria 1227/2006 – Regula o Reconhecimento das Associações Juvenis sem Personalidade Jurídica.

### **Mecenato nas Associações Juvenis**

Decreto-Lei n.º 74/99 – Lei do Mecenato (Actualizado pela Lei 160/99, Lei 176-A/99, Lei 3-B/2000, Lei 30-C/2000, Lei 30-G/2000, Lei 109-B/2001, Lei 107-B/2003, Lei 26/2004).

### **Património Cultural**

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – Jogos Tradicionais – Lei do Património Cultural Português;

Lei n.º 13/85, de 6 de Julho – Património Cultural Português;

Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho – Estabelece as normas relativas ao património subaquático;

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.